

# O LEGADO DOS MEGAEVENTOS PARA AS CIDADES SEDE

Acrícia Colemberg de Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo trata dos impactos para as cidades brasileiras que sediaram os megaeventos e tem como objetivo a análise crítica das medidas adotadas para realizar as intervenções urbanas necessárias. Até que ponto esses projetos serão positivos para a mobilidade urbana e para a população após o término desses eventos. Se eles serão realmente 'aproveitados' pela população ou serão apenas investimentos abandonados após os megaeventos. Ou, como no caso da duplicação da Avenida Tronco de Porto Alegre, obra analisada no estudo de caso, que sequer conseguiu ser terminada a tempo para os megaeventos. Muitos gestores buscam promover o desenvolvimento de suas cidades por meio dos megaeventos esportivos. Entretanto, deve ser refletido qual o é o preço que se paga por isso. Na maioria dos casos essas intervenções realizadas causam transtornos, gastos do dinheiro público e quem deveria ser privilegiado com as alterações do desenho urbano muitas vezes acaba sendo prejudicado.

Palavras-chave: legado, megaeventos, remoções.

## Abstract

The article deals with the impacts to the Brazilian cities that hosted the mega events and its objective is the critical analysis of the measures adopted to carry out the necessary urban interventions. To what extent these projects will be positive for urban mobility and for the population after the end of these events. Whether they will really be 'tapped' by the population or will be just abandoned investments after the mega-events. Or, as in the case of the doubling of Avenida Tronco in Porto Alegre, a work analyzed in the case study, which could not even be completed in time for the mega-events. Many managers seek to promote the development of their cities through sports mega events. However, it should be reflected what the price is for it. In most cases, these interventions cause disruptions, public money spending and who should be privileged with the changes in urban design often end up being harmed.

Keywords: legacy, mega events, removals.

## Introdução

Ao longo dos anos tem se notado o aumento do envolvimento dos governos com os megaeventos esportivos. Principalmente pelos países chamados 'em desenvolvimento' ou 'emergentes' tendo em vista que os megaeventos, em geral, estão associados a grandes intervenções urbanas, aceleração e promoção das cidades sedes. Esses eventos geram mais oportunidades de negócios, maior atração de capitais (verbas públicas) para recuperação de áreas degradadas, melhorias de infraestruturas - estádios, vias urbanas, aeroportos, portos - serviços como turismo, segurança. Porém, deve-se atentar para o legado que esses megaeventos deixarão para as cidades sedes a longo prazo. Para o professor João Rovatti, da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, 'temos que nos preocupar em adequar a copa à cidade e não o contrário.' Deve-se pensar em projetos de intervenções urbanas que beneficiem os mais vulneráveis após os jogos em vez de projetos que priorizem apenas a valorização do mercado imobiliário. Pensar em projetos que sejam realmente necessários para a cidade para que não virem obras abandonadas após o término dos megaeventos.

No decorrer de dez anos o Brasil sediou diversos eventos esportivos como Jogos Pan-Americanos, a Copa das Confederações, os Jogos Mundiais Militares, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, a Rio+20 e se encerrou com os jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Esses megaeventos agitaram as cidades sedes e trouxeram promessas de mudanças urbanísticas consideráveis. Também deixaram evidente como políticos e gestores enfrentam problemas como moradia, mobilidade urbana, gastos públicos, transparência e segurança pública.

Apesar de todos os transtornos que esses eventos trouxeram para as cidades sedes eles também tiveram seu lado positivo. Estima-se que tais megaeventos tenham trazido ao Brasil um grande impacto para diversos setores. Como as melhorias nos aeroportos, portos e transporte terrestre; na mobilidade urbana; na infraestrutura da cidade; na criação de leis de sustentabilidade e acessibilidade; na ampliação da rede hoteleira e qualificação de seus recursos humanos; na maximização do Brasil como destino turístico; nas áreas de energia, telecomunicação e tecnologia da informação. Além dos benefícios para os recursos humanos como a aprendizagem de línguas estrangeiras, capacitação profissional, entre outros exemplos. Os gastos dos visitantes com hospedagem, gastronomia, transporte local, entretenimento e compras expressam um importante componente para a economia de muitos destinos, criando diversas oportunidades de emprego, negócios e desenvolvimento.

Podemos citar bons exemplo de cidades que sediaram esses eventos esportivos e que tiveram grande êxito. Como é o caso de Londres, que sediou as Olimpíadas e Paraolimpíadas. Um comitê britânico publicou um documento oficial chamado *Keeping the Flame Alive: the Olympic and Paralympic Legacy* avaliando os resultados dos megaeventos realizados em Londres. A avaliação geral é de que o evento foi um grande sucesso, já que não foram encontrados locais de competição subutilizados e se destaca o papel dos Jogos na revitalização da área chamada *East London*, região londrina especialmente envolvida na realização dos megaeventos. Onde se observou um real legado para a população local ao gerar novas oportunidades de trabalho e melhores condições para os equipamentos esportivos e de lazer. Outro bom exemplo é Barcelona que sediou os Jogos Olímpicos em 1992. Além da antiga região portuária, hoje conhecida como *Port Olímpic*, outras três áreas concentraram as instalações esportivas dos Jogos de Barcelona – e esses quatro núcleos olímpicos foram conectados por quase 50 quilômetros de novas vias. Durante o evento, elas serviram para facilitar o transporte entre os locais de competição. Após o encerramento das Olimpíadas, ajudaram a aliviar o trânsito. A cidade também contou com a recuperação da sua orla marítima, construção da vila Olímpica e também de um novo porto. Agora,

<sup>1</sup> Estudante de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: acricia\_futura@hotmail.com

os moradores e turistas podem desfrutar de suas praias e a cidade entrou no mapa turístico mundial. Embora Barcelona tenha tido concentrações de barracos que foram “erradicados”, não se compara com a rigidez com que as remoções estão sendo feitas nas cidades brasileiras.

No Brasil, o legado dos megaeventos divide muitas opiniões. Pois, o que se tem visto cada vez mais são investimentos milionários em obras esportivas e de mobilidade urbana virarem um grande desperdício do dinheiro público com obras inacabadas, obras que não conseguem manter seus gastos mensais e até mesmo obras realizadas sem licitação e que atualmente apresentam problemas estruturais. Como exemplos podemos citar os estádios construídos em Brasília, Manaus, Natal e Cuiabá que não conseguem sequer cobrir seus gastos mensais. Também podemos citar como exemplo de investimento que virou um grande desperdício a Vila do Pan que foi construída para hospedar os atletas e depois virar um condomínio. O empreendimento custou cerca de 330 milhões de reais e foi realizado sem abertura de licitação. Pois, segundo argumentou o prefeito da cidade do Rio não haveria tempo para licitação. Atualmente a vila Pan enfrenta problemas estruturais, o principal deles são as ruas que estão ‘afundando’. Os moradores que pagaram um valor altíssimo pelos apartamentos não conseguem vendê-los e são obrigados a viver diariamente com esses problemas de infraestrutura.

O processo de realização de grandes projetos urbanos voltados para a revitalização de áreas degradadas vem acompanhado, muitas vezes, de um grande interesse do mercado imobiliário. Uma vez que, as revitalizações tornam a ‘nova imagem da cidade’ competitiva e atraente para negócios e investimentos. Porém, para que esses projetos urbanos se realizem, favelas e bairros inteiros são despejados para regiões mais afastadas da cidade atingindo assim, a população mais desfavorecida que, muitas vezes, desconhecem os seus próprios direitos.

Atualmente, existem vários textos que reconhecem o direito à moradia e, inclusive, definem critérios para a realização de remoções e despejos, de forma a preservar esse direito. Existem, desde 2007, os “Princípios Básicos e Orientações para Remoções e Despejos Causados por Projetos de Desenvolvimento”. Em 2010, foi publicada a cartilha “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções” e, também, o folheto “Querem nos despejar. E agora?”, que explica os princípios básicos em linguagem acessível para as comunidades atingidas por essas ações. Segundo Portella (2017, p.114):

Para atender a Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2014) calculou que aproximadamente 250 mil pessoas foram removidas em todo o Brasil[...]Salientamos que essas remoções ainda acontecem, tendo em vista que muitos projetos não foram finalizados a tempo para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

No nosso estudo de caso, a duplicação da Avenida Tronco, a prefeitura precisou lidar com o reassentamento de 1,4 mil famílias existentes no traçado. Dessas, cerca de 200 famílias ainda permanecem na região por falta de recursos para o pagamento indenizatório ou por resistência de não querer abandonar suas casas. Segundo Michael Santos dos Santos, representante do Instituto de Integração Social (ISS), 751 famílias receberam o bônus-moradia, 258 foram indenizadas e outras 222 recebem o recurso do Aluguel Social.

## Marco Teórico

### A vila Tronco

Até o ano de 2009, quase não se ouvia notícias sobre a Vila Tronco. Contudo, a vinda da Copa do Mundo de 2014 para o Brasil fez com que se acelerassem as modificações estruturais previstas há quatro décadas pelo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre para a área. As primeiras ocupações no local foram nos anos 1950-1960 e estão ligadas a empresas e empreendimentos que concediam parte dos terrenos para que seus funcionários morassem próximos ao local de trabalho. Entretanto, em 1970 e 1980 importantes acontecimentos como o êxodo rural e a falência destas empresas e empreendimentos fizeram com que as ocupações na região se intensificassem gerando um crescimento descontrolado.

A área da grande Cruzeiro, o maior complexo de comunidades de Porto Alegre no qual a Vila Tronco se insere, possui mais de 60 comunidades e compõe uma parcela expressiva do total de habitantes da cidade que vivem em vilas (192.843 mil habitantes vivem em vilas segundo o Censo de 2010). Quase todo o território é classificado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do município (PDDUA) como AEIS, Áreas Especiais de Interesse Social.

O complexo de vilas se estende por dois morros, Santa Teresa e Primavera e a zona de vale entre os dois morros é onde se localiza o eixo da Avenida Tronco. A vila Tronco está inserida no morro Santa Teresa e faz limite aos fundos com uma reserva florestal do exército e a sua frente localiza-se o posto de saúde ou Postão como é conhecido. O morro Santa Teresa possui amplas áreas de vegetação nativa junto a vilas e áreas de urbanização formal, de padrão médio e alto. Numa ocupação mais residencial, em casas, condomínios de casas e edifícios, com alguma incidência de pequenos comércios, o morro ainda situa a Igreja Nossa Senhora do Brasil, uma torre de telefonia celular, estações de rádio e televisão, uma saibreira já desativada e a grande área da FASE, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

Dentro da vila Tronco podemos citar o Instituto de Integração Social e a Creche Sonho Meu que tentam levar a crianças e jovens oportunidades de aprendizado e qualificação profissional. A Creche Sonho Meu foi fundada no ano de 2001 através do Orçamento Participativo e é uma instituição de educação infantil de turno integral com capacidade para atender cerca de 50 crianças, de um ano até cinco anos e onze meses. Já o Instituto de Integração Social é uma ONG fundada em 1999 para jovens da comunidade. O Instituto oferece qualificação profissional e atende cerca de 70 jovens entre 14 e 18 anos. Os atendimentos são divididos em dois turnos – inversos aos turnos escolares.



Figura 1 - Localização da Vila Tronco dentro do complexo de vilas (em amarelo). Fonte: Tese de Dissertação de Mestrado de Ana Luiza Grehs Leite. Formas do Acolhimento na Vila Tronco.

## O Caso

Como estudo de caso foi analisada a obra de duplicação da Avenida Tronco localizada em Porto Alegre – RS. O alargamento da Av. Tronco foi apresentada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2010, depois de ser incluída na Matriz de Responsabilidades para a realização dos jogos da Copa do Mundo na cidade. A avenida atravessa a Grande Cruzeiro: começando no Bairro Glória e se estendendo até o Bairro Cristal. Considerado pela prefeitura como um dos maiores legados para a cidade por ser uma rota alternativa de ligação entre a Zona Norte e Zona Sul.

O projeto 'Avenida Tronco', como foi intitulado, é um dos 16 projetos de infraestrutura destinados a Porto Alegre. Dos quais 12 são de mobilidade urbana e, apenas esse trazia um caso vinculado diretamente a problemas sociais: o despejo de 1,4 mil famílias moradoras da Avenida Tronco para dar lugar a um projeto viário. A obra teve início em 2012 e não conseguiu ser concluída a tempo para os jogos da Copa do Mundo, obtendo apenas 30% de andamento até agora. Ao avaliarmos as obras da Avenida Tronco nos deparamos com assuntos complexos e de grande relevância para a população. Como por exemplo, falta de recursos, obras paradas, reassentamento de famílias, inexistência de saneamento básico e más condições de moradia para os habitantes que ainda estão no local. O custo inicial previsto para a obra foi de R\$ 156.000.000,00 e atualmente a obra está parada por falta de recursos para o pagamento de empresas que atuam na obra e para realocação das famílias que ainda permanecem na região. No dia 19 de junho de 2017, o Legislativo Municipal aprovou um Projeto de Lei do Executivo que autoriza a Prefeitura a financiar até R\$ 120 milhões para finalizar as obras remanescentes da Copa do Mundo de 2014. Em 20 de fevereiro deste ano, o contrato de financiamento foi assinado com o Banrisul. O dinheiro será usado para pagar R\$ 45,4 milhões em dívidas e também para finalizar as obras. Além deste financiamento, a prefeitura de Porto Alegre conseguiu junto a Caixa Econômica Federal o remanejamento de cerca de R\$ 15 milhões de recursos do Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC (BNDES/CPAC) para o pagamento de bônus-moradia às famílias que ainda estão no local. De acordo com a entrevista do secretário de Planejamento e Gestão, José Alfredo Parode, para o site G1 em 17 de Abril deste ano:

Com essa medida da Caixa e mais os recursos do financiamento junto ao Banrisul ficam assegurados os valores necessários para a conclusão da obra, que deverá ser retomada em junho deste ano e tem previsão de conclusão até maio de 2020.

A grande problemática dessa obra foi o reassentamento de 1,4 mil famílias existentes no traçado que tiveram seus direitos à moradias violados. Ainda restam cerca de 200 famílias no local e a previsão é que sejam retiradas do trecho ainda neste ano. Muitos moradores ainda estão no local por falta de recursos para pagar suas indenizações, mas também existem outros motivos como, por exemplo, não concordarem com o valor das indenizações ou por não quererem sair do bairro que residem a muitos anos e perder os laços comunitários. Segundo Raeder, 2010,p.104:

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. São os pobres os mais afetados por estas ações já que muitas delas são empreendidas não somente para viabilizar construtos que são necessários para proporcionar os usos esportivos, mas também para delinear a imagem urbana ideal para atração de investidores e consumidores que não refutam a paisagem

da pobreza.

Assim sendo, deve-se refletir quais serão os meios utilizados para fazer as famílias deixarem suas moradias. Todos esses aspectos necessitam ser considerados, a partir de uma análise baseada nos direitos humanos dos envolvidos. Por isso, é importante apoiar-se em questões legais e em recomendações dos direitos universais para compreender aquilo que se denomina "violação". Temos vistos casos, como no Rio de Janeiro, em que os habitantes foram pressionados e ameaçados a saírem de suas residências. Ou pior, em alguns casos as remoções foram feitas com uso de violência. As obras da Avenida Tronco também não fugiram desse cenário caótico de remoções forçadas e uso de violência.

Em 2012 as situações de violações dos direitos humanos estavam cada vez mais evidentes. Neste período, aconteceu uma assembleia geral, que foi determinante para entender a relação de pessoas que influenciaram diretamente nos conflitos a respeito da luta pela moradia. Abaixo, o relato anônimo sobre a situação:

A assembleia convocada pelo Comitê Popular da Copa foi comunicada com uma panfletagem na vila, chamando os moradores para a reunião, porém, no mesmo dia, o Sr. Michael Santos, conhecido como liderança comunitária da Tronco, passou com carro de som convocando os moradores para outra atividade: a assembleia geral com o Departamento municipal de habitação - Demhab. A assembleia iniciou com Michael fazendo uma apresentação sobre as melhorias do bairro e as alterações positivas que viriam com as obras. Porém, as pessoas que estavam ali não eram as que iriam usufruir das melhorias. Por isso, o público presente começou a se revoltar e questionar. Foi então que o Marcos Botelho, secretário responsável pelo Demhab, pegou o microfone e tentou responder as dúvidas da comunidade[...] Ai levantou um senhor no meio dos demais e começa a achincalhar o representante da Prefeitura. Nesse momento, Michael dos Santos, a fim de defender a Prefeitura, iniciou ações violentas contra o homem que havia interrompido a fala. Aconteceu uma série de agressões, empurrões e socos. Michael perdeu a legitimidade e o representante da prefeitura ficou sem saber o que fazer e dessa forma foi encerrada a assembleia. (Relato Anônimo de um morador. Fonte: disponível em <<http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavida/#caso>>.)

Posteriormente, aconteceu a reunião convocada pelo Comitê em que foi realizada uma avaliação da assembleia. O dia sete de março, foi marcado pelo assassinato do irmão de uma das moradoras da Avenida Tronco. A vítima foi morta a tiros em local próximo à reunião. A comunidade ficou assustada, pois havia indícios de que o crime poderia ter sido planejado frente as divergências entre líderes comunitários e moradores.

Segundo consta informações no site do Demhab foram realizadas cerca de 25 assembleias com as comunidades para explicar as mudanças na região. Entretanto, segundo moradores da região não houve um diálogo entre Prefeitura e a comunidade. Além da falta de diálogo, pouca informação foi passada para os moradores fazendo com que ficassem inseguros em relação a qual decisão tomar. Alguns habitantes que estão resistindo a essas remoções pelo baixo valor das indenizações que lhes estão sendo oferecidas. Conforme o art. 183 da Constituição Federal (Brasil, 1988):

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos de cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família,

adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Brasil, 1988)

Apesar da existência desta lei que dá o direito de posse aos moradores que não possuem condições de acesso à moradia, o custo da terra não é contabilizado no valor das indenizações o que resulta em um valor incorreto. O valor oferecido, que equivale a uma unidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, descontando-se o preço do terreno, é de R\$ 52 mil, ou seja, também abaixo do valor requerido para compra de imóvel na cidade. O vigilante L.C. conta no trecho a seguir, que lhe foi oferecido um valor de pouco mais de R\$ 5 mil pela sua casa.

Antes da Copa, me ofereceram pouco mais de R\$ 5 mil pela minha casinha de uma peça. Não aceitei porque eu não teria condições de comprar nada com este dinheiro. Depois, quando reavaliaram e aumentaram o valor, não aceitaram os documentos da nova casa. Não quero ser obrigado a ir para outra parte da cidade. Estou esperando um retorno do Demhab. Por enquanto, seguirei aqui vendo a rua virar rio e os dejetos passarem pela porta da minha casa quando chove'. (L.C., 66 anos, morador. Entrevista retirada do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Luciele Oliveira. Site: <http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavid>)

Ele é um dos últimos a continuar morando exatamente sobre o local onde passarão as duas pistas do corredor de ônibus. Em tratamento médico, o aposentado afirma ter a necessidade de seguir morando na Cruzeiro devido à proximidade com o Postão. Ele recorda que há 45 anos, quando chegou ao bairro, poucas casas existiam no trecho. Atualmente, o terreno está repleto de árvores nativas plantadas por ele.

As famílias que ainda restaram no local sofrem diariamente com as consequências dos escombros não retirados, aumento da proliferação de doenças, cobras, ratos, esgoto a céu aberto, insegurança, falta de iluminação na região, dificuldade de mobilidade e inclusive alagamentos. A sensação de incerteza e a falta de definição quanto aos próximos passos também são motivos de sofrimento e angústia entre os moradores.

Há também o caso das pessoas que 'optaram' pelo aluguel social e que atualmente sofrem com o atraso do pagamento do benefício. Eles relatam que a prefeitura não paga há meses os valores do aluguel social aos proprietários das residências alugadas e correm o risco de serem despejados. Além do atraso, os moradores se queixam também da exigência da prefeitura para que os alugueis sociais só sejam permitidos para imóveis que pagam IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Contudo, muitas casas do aluguel social ficam em áreas que não são regularizadas e em alguns casos sem energia elétrica e esgoto por causa do valor baixo pago às famílias. O benefício do aluguel social varia entre R\$400 e R\$500 e não é suficiente para locação de imóveis em áreas mais urbanizadas.

Os problemas causados pela paralisação das obras na Avenida Tronco já foram alvos de debates em reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), na Câmara Municipal de Porto Alegre. Representantes da Associação de Moradores da Vila Jardim Europa e do Fórum de Delegados do Orçamento Participativo (FROP) e o engenheiro da Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), responsável pela obra, Larry Rivoire Junior, participaram dos debates e expuseram a situação da comunidade. E, apesar do Legislativo Municipal ter aprovado o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a Prefeitura a financiar até R\$ 120 milhões para finalizar as obras remanescentes da Copa do Mundo de 2014 e o financiamento já ter sido realizado, as obras ainda não foram retomadas e nada foi

feito para melhorar a situação das famílias que ainda permanecem na região. Com o objetivo de atender às comunidades da região, foi criado o Escritório Nova Tronco, localizado na Av. Moab Caldas, 125. No local podem ser sanadas todas as dúvidas sobre as questões habitacionais do Projeto da Nova Tronco. O atendimento é prestado por advogados, arquitetos, técnicos sociais e assistentes administrativos.

Em relação aos impactos no desenho urbanos após o término da obra há várias questões que deverão ser levadas em conta. Por exemplo, se esse tipo de desenho urbano favorece ao pedestre ou ao carro. Na imagem 4 desse artigo podemos ver o projeto. Ele terá 4 vias para automóveis (2 por sentido), corredor de ônibus, ciclofaixa e tratamento paisagístico. À primeira vista, parece que todas as questões de mobilidade do projeto estão resolvidas. Porém ao analisarmos a imagem do projeto não encontramos bancos para descanso do pedestre, sinalização (semáforos com sua sincronização para induzir a velocidade do trânsito) e sequer placas destinadas a orientar os pedestres. Em vez de faixas de pedestres poderia ter sido utilizado passagens elevadas para o cruzamento de pedestres, isso induziria os motoristas a dirigirem mais devagar. Segundo Jeff Speck no seu livro *Cidade Caminhável*, um dos 5 fatores que fazem a cidade se tornar caminhável são as quadras pequenas e ruas estreitas. O que podemos notar que não é o caso desse projeto que prevê pistas de rolamento de 7 metros.

## Metodologia

Para compreender melhor os impactos causados pelos megaeventos no desenho urbano das cidades brasileiras que os sediaram foi escolhido como estudo de caso a obra da duplicação da Avenida Tronco localizada em Porto Alegre - RS. A obra teve início em 2012 e foi considerada obra prioritária da administração municipal para a Copa de 2014, porém ela não chegou a ser concluída a tempo dos jogos. Tal projeto se destaca por conter dois eixos centrais: a mobilidade urbana, a fim de criar uma rota alternativa na ligação da Zona Sul com Área Central e Zona Norte, durante os jogos da Copa e o eixo social, voltado para a construção de um plano habitacional de reassentamento das famílias removidas. Em relação aos objetivos das obras, lista-se no planejamento, dispor o município de Porto Alegre, uma rota viária Centro – Zona Sul; revitalização da região da Tronco – Grande Cruzeiro com implantação de um plano urbanístico que contemple programas habitacionais e equipamentos urbanos com melhorias de circulação (transporte coletivo e ciclovia). O projeto prevê extensão de 5,3 km (largura média 40 m), implantação de ciclovia, implantação de corredor de ônibus, 16 estações de ônibus (8 por sentido) e tratamento paisagístico. A Avenida formará um anel viário em torno do Estádio Gigante da Beira-Rio (conforme mostra a figura 7 deste artigo), facilitando o acesso ao estádio, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, especialmente em dias de jogos. Segundo o site de obras de mobilidade urbana a obra compreende trecho a partir da rótula que será construída na avenida Icaraí, no bairro Cristal, até a nova rótula no cruzamento com as avenidas Gastão Mazon e Carlos Barbosa, e outra parte formada a partir de bifurcação: uma via até a Terceira Perimetral (altura da av. Teresópolis) e outra até a rótula do Papa (medianeira).

A metodologia adotada divide-se em duas partes. Primeiramente, o estudo teórico que serviu de embasamento para a formulação do pensamento crítico a respeito do legado que os megaeventos deixarão para as cidades sedes. E após essa parte teórica, a parte das entrevistas que serviram como um parâmetro do conhecimento e das opiniões da população a respeito desse projeto.

Foram feitas entrevistas com moradores de bairros diferentes da cidade para saber até que ponto eles têm ciência desse projeto e saber suas opiniões a respeito da

duplicação, quais os transtornos e benefícios que esse projeto está gerando para eles. Nas entrevistas foram levantados pontos como quais medidas foram adotadas para que essa obra se fizessem possível e quais suas consequências a curto e longo prazo para a cidade. Se esse projeto urbano será positivo para a mobilidade urbana após o término desses eventos esportivos.

Figura 2 - Imagem proposta da rótula que será construída na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 3 - Imagem proposta da rótula que será construída na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 4 - Imagem proposta da duplicação na Avenida Tronco. Fonte: SECOPA.



Figura 5 - Foto mostrando a obra de duplicação tirada em Janeiro 2016. Fonte: Site Obras de Mobilidade Urbana

Figura 6 - Foto mostrando como a obra se encontra atualmente tirada em Maio 2017. Fonte: Jornal Diário Gaúcho.

Figura 7 - Imagem mostrando o lado esquerdo a região indicada para as remoções. À direita, trechos modificados para acesso ao estádio.

## Resultados

Os fatos apresentados neste artigo foram construídos, a partir de diversos relatos concedidos em entrevistas e documentos pesquisados que traçaram os caminhos para realizar tal estudo. Como resultado desse artigo pode-se perceber que os principais prejudicados com as obras de duplicação da Avenida Tronco são os moradores do entorno. O restante da população de Porto Alegre mal tem conhecimento dos acontecimentos no que se diz respeito as obras da Avenida Tronco e a maneira como as autoridades responsáveis estão lidando com as remoções.

A respeito das entrevistas, notou-se que algumas pessoas sequer sabiam dessa obra, elas nunca haviam passado pelo local. Em outros casos, as pessoas até tinham um certo conhecimento da obra, porém, não sabiam qual o custo inicial do projeto e nem tinham ciência das mais de 1,4 mil famílias que seriam removidas. Quando informadas de tal acontecido acharam aceitável que isso acontecesse desde que as famílias não fiquem desprovidas de moradia, não importando a forma como essas famílias foram remanejadas. Os entrevistados, na sua maioria, acreditam que a longo prazo a duplicação será benéfica para todos. Conforme afirma o entrevistado I.S.O, 45

anos, que trabalha em Porto Alegre e constantemente passa pelo local:

a longo prazo a duplicação será benéfica. A população irá se apropriar do local não só pela ciclovia que será construída e pelo corredor de ônibus, mas também, pelas pistas de rolamento que serão duplicadas e melhorarão os congestionamentos.

Além das pessoas que foram removidas e que receberam baixo valor das indenizações, temos também as pessoas que 'optaram' pelo aluguel social. Atualmente, com o aumento do preço da moradia e do custo de vida, nenhuma das duas opções dadas pelo Governo é suficiente para resolver o problema. Os valores das indenizações não compram uma casa e o valor do aluguel social não pagam o aluguel de uma casa, porém, a população acaba cedendo devido a pressão por parte do governo. Há também as pessoas que ainda permanecem lá, não só pelo baixo valor das indenizações, mas também pelos laços de vizinhança que se criaram ao longo dos anos e isso deve ser levado em consideração na hora de planejar projetos que necessitem de remoções. Para muitas pessoas é difícil mudar-se para um lugar diferente e com vizinhos diferentes.

Além de todos esses transtornos que a duplicação vem causando nota-se que pouco está sendo feito para ajudar os mais necessitados. Conforme relata M. M. B., moradora da Zona Sul de Porto Alegre a sensação é de descaso ao passar pelo local:

Já passei pelo local e passo diariamente na Av. Icarai, próximo ao Jockey Club. Ao passar por ali, a sensação é de descaso do poder público com a comunidade, pois é uma obra inacabada, que teve início em 2012, com previsão de término para a Copa de 2014.

Na maioria dos casos, os entrevistados, com exceção aos moradores do local, estão satisfeitos com o projeto porque ele vai desafogar o trânsito e não porque é um projeto de eixo social, voltado para a construção de um plano habitacional de reassentamento das famílias necessitadas. Alguns demonstraram apatia quando informados das famílias deslocadas.

Compete, então, aos moradores do bairro, que são os principais prejudicados, cobrar das autoridades responsáveis para que algo seja feito para melhorar suas condições. Segundo a cartilha 'Minha cidade virou sede de um megaevento esportivo. O que pode acontecer com meu direito à moradia?' há algumas alternativas que podem ser feitas para impedir que os direitos dos moradores sejam violados e fazer com que suas vontades sejam ouvidas e levadas em consideração.

## Conclusão

A Copa do Mundo aconteceu no Brasil e talvez os impactos sociais de sua vinda tenham sido irrelevantes em algumas cidades. Sem dúvida, muitos brasileiros torceram e comemoraram em frente à televisão ou nos estádios. Contudo, a experiência vivenciada na Avenida Tronco pelos moradores foi um cenário de violação de direito à moradia por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que não resguardou os direitos dos moradores e adotou uma política que privilegiou a construção de obras em vez de planejar e garantir o reassentamento das famílias. As obras causaram a fragmentação da vida comunitária devido ao processo de remoção das famílias para longe dos locais onde moravam havia muitos anos. Por isso, se faz necessário uma reflexão em quem serão os verdadeiros beneficiados nesse processo e também qual impacto que esse legado provocará principalmente aos moradores.

O processo de realização de grandes projetos urbanos voltados para a revitalização de áreas degradadas vem acompanhado, muitas vezes, de um grande interesse do mercado imobiliário. Uma vez que, as revitalizações tornam a 'nova imagem da cidade' competitiva e atraente para negócios e investimentos. Porém, para que esses projetos urbanos se realizem, favelas e bairros inteiros são despejados para regiões mais afastadas da cidade. Talvez, se as políticas públicas de desenvolvimento urbano focassem na conservação e na melhoria das condições de habitabilidade das comunidades em vez de destruir o que existe, processos como os vistos na Vila Tronco se tornariam desnecessários.

Em virtude aos fatos mencionados e após todas essas discussões, entrevistas e reflexões sobre o assunto *O legado dos megaeventos para as cidades sedes*, no caso do nosso estudo de caso – a Duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre - se compararmos a atuação do governo municipal de Porto Alegre com os tratados internacionais e recomendações para promoção do direito à moradia da população, veremos que os processos utilizados pelo governo ficam aquém do que deveriam. Para que estas obras de requalificação da cidade sejam consideradas positivas, precisa haver uma preocupação por parte do governo em relação aos direitos à moradia da população mais vulnerável para que estas possam também usufruir dessas melhorias. Nesse sentido, os responsáveis pelo reassentamento devem, por exigência legal, cobrir todos os custos da remoção para o novo local de moradias. Além disso, deve-se dar assistência médica e psicológica quando necessária durante o planejamento e execução das operações de remoção, assim como no processo de reassentamento ou retorno para uma nova moradia.

## Referências bibliográficas

BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília. 1988.

DIÁRIO GAÚCHO. *Avenida Tronco: a agonia de ser vizinho de uma obra inacabada*. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2017/05/avenida-tronco-a-agonia-de-ser-vizinho-de-uma-obra-inacabada-9801279.html>>. 2017

Direito a Moradia.Org. *Mega Eventos*. 2017. Disponível em: <[http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/11/Megaeventos\\_Digital\\_Final.pdf](http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/11/Megaeventos_Digital_Final.pdf)>. Acesso em: 2017.

G1. *Prefeitura obtém recurso do PAC e projeta concluir obras na Avenida Tronco em 2020 em Porto Alegre*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/prefeitura-obtem-recurso-do-pac-e-projeta-concluir-obras-na-avenida-tronco-em-2020-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 2018.

GREHS, A.L. (2016). *Formas do acolhimento na Vila Tronco*. Entre rastros, restos e curvâncias do espaço. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.133. 2016.

Moradia é um Direito Humano. *Cartilhas e Materiais Didáticos*. Disponível em: <<http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?cat=539&lang=pt>>. Acesso em: 2017.

Obras de Mobilidade Urbana. *Duplicação da Avenida Tronco*. 2017. Disponível em: <<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/obras/duplicacao-da-avenida-tronco/80>>. Acesso em: 2017.

PAESE, C. (2016). *Contramapas de Acolhimento*. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 331. 2016.

PORTELLA, A.; PEREIRA, G. *Olhares da Favela*. 2017.

RAEDER, S. (2010). *Ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte.

SECOPA. *Portal da Copa*. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/tags/secopa>>. Acesso em: 2017.

UFSM. *Nos escombros da vida*. 2017. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/nosescombrosdavidada/#caso>>. Acesso em: 2017.

VEJA. *Porto Alegre: removidos de casa na Copa podem sofrer 2º despejo*. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/porto-alegre-removidos-de-casa-na-copa-podem-sofrer-2o-despejo/>>. Acesso em: 2017.